



University of
Texas Libraries



e-revist@s



Centro Unversitário Santo Agostinho

revistafsa

www4.fsnet.com.br/revista

Rev. FSA, Teresina, v. 18, n. 04, art. 10, p. 172-190, abr. 2021

ISSN Impresso: 1806-6356 ISSN Eletrônico: 2317-2983

<http://dx.doi.org/10.12819/2021.18.04.10>

DOAJ DIRECTORY OF
OPEN ACCESS
JOURNALS

WZB
Wissenschaftszentrum Berlin
für Sozialforschung



MIAR



As Representações Sociais de Gênero no Processo de Construção Identitária Masculina

Social Representations of Gender in the Male Identity Construction Process

Paulo Guilherme Monteiro Silva

Graduação em Psicologia pela Faculdade Mauricio de Nassau

E-mail: pgms.guilherme@gmail.com

Marília Maia Lincoln Barreira

Doutorado em Psicologia pela Universidade de Fortaleza

Mestra em Psicologia pela Universidade de Fortaleza

E-mail: mariliamlbarreira@gmail.com

Endereço: Paulo Guilherme Monteiro Silva
Faculdade Mauricio de Nassau, campus Dorotéia,
Avenida Aguanambi 251, José Bonifácio Brasil.

Endereço: Marília Maia Lincoln Barreira
Universidade de Fortaleza, Av. Washington Soares, 1321
- Edson Queiroz, Fortaleza - CE, 60811-905 Brasil.

**Editor-Chefe: Dr. Tonny Kerley de Alencar
Rodrigues**

**Artigo recebido em 20/03/2021. Última versão
recebida em 30/03/2021. Aprovado em 31/03/2021.**

**Avaliado pelo sistema Triple Review: a) Desk Review
pelo Editor-Chefe; e b) Double Blind Review
(avaliação cega por dois avaliadores da área).**

Revisão: Gramatical, Normativa e de Formatação



RESUMO

Este artigo objetivou avaliar os efeitos das representações sociais de gênero na construção identitária masculina. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, realizada a partir das buscas nos portais de Periódicos CAPES e Pepsic. Utilizaram-se como descritores os termos: Representações sociais, Identidade, Gênero e Masculinidade. Após o refinamento dos achados, considerando os critérios de inclusão adotados, chegou-se a um total de doze artigos, dos quais emergiram as seguintes categorias temáticas: (1) Representações Sociais: uma perspectiva da Psicologia Social; (2) A Construção Identitária: entre a perspectiva social e pessoal; (3) Os Estudos de Gênero e Masculinidade; (4) Representações Sociais de Masculinidades e Construção Identitária. Os resultados evidenciam que a masculinidade ensinada nos contextos de socialização se constrói a partir de representações sociais ditadas como tradicionais através da dominação e do repúdio de características consideradas femininas, afastamento emocional e virilidade exacerbada, o que produzem prejuízos para a saúde física, mental e social do homem. Conclui-se que, a masculinidade construída através destas representações tradicionais produz um homem rígido e levanta questionamentos sobre as outras formas de masculinidades que não se enquadram nos padrões sociais mencionados.

Palavras-chave: Representação Social. Identidade. Gênero. Masculinidade

ABSTRACT

This article aimed to evaluate the effects of social representations of gender in the construction of male identity. This is a bibliographic search, carried out from searches on the CAPES and Pepsic journals portals. The terms: Social representations, Identity, Gender and Masculinity were used as descriptors. After the refinement of the findings, considering the inclusion criteria adopted, a total of twelve articles were reached, from which the following thematic categories emerged: (1) Social Representations: a perspective of Social Psychology; (2) Identity Construction: between the social and personal perspective; (3) Gender and Masculinity Studies; (4) Social Representations of Masculinities and Identity Construction. The results show that the masculinity taught in socialization contexts is built from social representations dictated as traditional, through the domination and repudiation of characteristics said to be feminine, emotional withdrawal and exacerbated virility, which produce damage to physical, mental health and social of man. It is concluded that, the masculinity constructed through these traditional representations produces a rigid man and raises questions about the other forms of masculinities that do not fit the mentioned social standards.

Keywords: Social. Representation. Identity. Gender. Masculinity

1 INTRODUÇÃO

Em nossa sociedade, de acordo com Risk, Romanelli (2008) e Rosistolato (2009), ao homem é ensinado o que caracteriza o masculino, sendo aquele que detém o poder, demarcado pela exibição constante de sua virilidade, a imposição da submissão sob aqueles que não fazem parte deste grupo, o afastamento do campo emocional e qualquer forma de manifestação nesse sentido.

Tal construção faz parte de um conjunto de representações sociais, entendidas como tradicionais, que são ensinadas nos contextos sociais nos quais os meninos estão inseridos, sejam eles quais forem, desde a infância, até a escola, assim como também o contexto social do trabalho na vida adulta, como afirma Louro:

A construção dos gêneros e das sexualidades dar-se através de inúmeras aprendizagens e práticas, insinua-se nas mais distintas situações, é empreendida de modo explícito ou dissimulado por um conjunto inesgotável de instâncias sociais e culturais. É um processo minucioso, sutil, sempre inacabado. Família, escola, igreja, instituições legais e médicas mantêm-se, por certo, como instâncias importantes nesse processo constitutivo (2008, p. 18).

Ou seja, a masculinidade se configura e é mantida durante a vida do homem, sendo percebida como necessária para a construção da sociedade.

Alguns estudos (Bueno, 2006; Risk, Romanelli, 2008; Rosistolato, 2009; Nascimento, Trindade, 2010) entendem que esta masculinidade, dita como tradicional, produz consequências para o homem, como prejuízos para a saúde mental, assim como o afastamento das preocupações com a saúde física, o afastamento emocional nas relações tanto familiares quanto sociais, partindo de uma construção identitária percebida como mutiladora.

É nessa perspectiva que Medrado (2008) aponta para a importância de se debater sobre a construção da masculinidade e as formas que se instalam, como um modo de desconstruir argumentos e ideias que enquadram a masculinidade enquanto culpabilizada de forma geral. A ideia não é retirar a responsabilidade do indivíduo, mas sim uma forma de reconhecer e analisar as dinâmicas sociais que formam essa identidade que é ensinada para o homem.

Sendo assim, partindo dessa perspectiva inicial, o presente trabalho tem como objetivo avaliar os efeitos das representações sociais de gênero ditas como tradicionais no processo de formação identitária da masculinidade. Para atingir este objetivo foi realizada uma revisão

bibliográfica e os resultados obtidos foram analisados a partir das categorias temáticas, representação social, identidade, gênero e masculinidade.

2 METODOLOGIA

O presente artigo tem seu delineamento fundamentado na abordagem qualitativa, pois teve como objetivo norteador a compreensão de um fenômeno social complexo que se apresenta de maneira subjetiva. Trevisol Neto (2017) aponta que:

A abordagem qualitativa de um problema é adequada para entender a natureza de um fenômeno social, tenta compreender os significados, não é objetiva e apresenta uma concepção funcionalista da ciência. As pesquisas qualitativas lidam com situações complexas ou particulares (p. 39).

A natureza desta pesquisa caracteriza-se como revisão bibliográfica do tipo revisão sistemática. Segundo Marconi e Lakatos (2003) a revisão bibliográfica coloca o pesquisador em contato direto com vários outros artigos que pesquisam sobre a temática. Ainda segundo as referidas autoras, a pesquisa bibliográfica “não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas sim o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras” (p. 183).

Na perspectiva da revisão sistemática, Zoltowski (2014) aponta que a pesquisa adquire um posicionamento característico do autor, pois os critérios elencados para a seleção, análise e síntese dos dados são desenvolvidos a partir dos objetivos da pesquisa do autor.

As buscas foram realizadas a partir dos portais acadêmicos: o Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e o Periódicos Eletrônicos de Psicologia (PePSIC) via Biblioteca Virtual da Saúde (BVS), através dos seguintes descritores: Representações Sociais, Identidade, Gênero e Masculinidade, de forma simples e em pesquisa cruzada.

Como critério de inclusão, foram elencados: artigos na língua portuguesa, a partir da análise do resumo dos artigos foram selecionando aqueles que atendessem a proposta deste estudo. Como forma de ampliar ao máximo a literatura a ser incluída, não se utilizou recorte temporal.

Considerando tais critérios, foram selecionados 9 artigos que compuseram o *corpus* de análise deste estudo, publicados entre os anos de 2006 a 2018, que foram organizados, analisados e discutidos a partir da Análise Temática.

A Análise Temática de dados é definida como:

Um método utilizado para identificar, analisar, interpretar e relatar padrões (temas) a partir de dados qualitativos. O mínimo que a análise temática proporciona é organizar e descrever o banco de dados em rico detalhe; quanto ao máximo, “o céu é o limite”, pois esta análise colabora muito para a geração de uma análise interpretativa sobre os dados. (SOUZA, 2019, p. 52).

A análise temática dos dados possibilitou a criação de quatro categorias, dentre elas: Representações Sociais: uma perspectiva da Psicologia Social; A Construção Identitária: entre a perspectiva social e pessoal; Os Estudos de Gênero e Masculinidade; e Representações Sociais de Masculinidades e Construção Identitária.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para facilitar a compreensão acerca do processo de seleção dos estudos, as tabelas 1 e 2, apresentam, de forma descritiva, os resultados provenientes das buscas nos Portais Acadêmicos PePSIC e da CAPES, respectivamente.

Tabela 1 – Resultados da pesquisa na base de dados PePSIC. Fortaleza, Ceará, 2020.

Descritores	Achados	Excluídos	Duplicados	Selecionados
Representação Social/Gênero	4	3	0	1
Representação Social/Identidade	6	6	1	0
Identidade/Masculinidade	19	16	0	3
Representação Social/Identidade/Masculinidade	3	2	0	1

Tabela 2 – Resultado da pesquisa na base de dados Periódicos CAPES. Fortaleza, Ceará, 2020.

Descritores	Achados	Excluídos	Duplicados	Selecionados
Representação Social/Gênero	28	26	1	2
Representação Social/Identidade	40	40	8	0
Identidade/Masculinidade	26	24	2	2
Representação Social/Identidade/Masculinidade	30	30	1	0

3.1 Representações Sociais: uma perspectiva da Psicologia Social

A Teoria das Representações Sociais foi proposta por Moscovici no contexto da Psicologia Social Psicossociológica, na década de 1960, na França. Suas pesquisas estavam voltadas para os fenômenos subjetivos e se davam como uma forma de “operacionalizar conceitos para trabalhar com o pensamento social em sua dinâmica e em sua diversidade” (ARRUDA, 2002, p. 129). Pode-se dizer que:

As representações sociais são conjuntos dinâmicos, seu status é o de uma produção de comportamentos e relações com o meio, o de uma ação que modifica uns e outros, e não o de uma reprodução [...], nem o de uma reação a um estímulo exterior determinado [...] são sistemas que têm uma lógica própria e uma linguagem particular, uma estruturação de implicações que se referem tanto a valores como a conceitos [com] um estilo de discurso próprio. Não as consideramos como “opiniões sobre”, “nem imagens de”, mas como “teorias”, como “ciências coletivas” *sui generis*, destinadas a interpretações e a construções da realidade. (MOSCOVISI, NEMETH, 1974, p. 48 *apud* ARRUDA, 2002, p. 138).

As Representações Sociais consolidam-se como uma área de estudos que se dá em uma interseção da psicologia e da sociologia, conforme relata Arruda (2002), e se tornam mais fluidas, pois têm como objetivo o estudo de algo móvel, mas que também é volátil, rígido, e que é complexo em si por reforçar a dificuldade de apropriação. Segundo Chaves e Silva (2013), esses estudos aparecem para elaborar a tensão que se dá a partir da relação entre uma sociedade já formada e os esforços que o indivíduo faz para produzir sua própria verdade. Sendo assim, é em interação com essa realidade social fixa que o indivíduo produz uma realidade de forma fluida e maleável para si.

As Representações Sociais, de acordo com Arruda (2002), são geradas a partir das relações do indivíduo com a sociedade e apontam para uma reflexão sobre a forma como os indivíduos e grupos sociais formam seus conhecimentos a partir de um atrelamento cultural de como a sociedade produz conhecimentos sobre os indivíduos.

Desta forma, as representações sociais advêm da interação e comunicação dos sujeitos com a sociedade e a construção de uma realidade social. É a partir dessa realidade social que essas representações adquirem uma natureza social, e é nesse contexto que Álvaro e Garrido (2006, p. 290) concordam quando falam que “as Representações Sociais não podem ser consideradas simplesmente, processos individuais de caráter cognitivo, mas de natureza social”.

Chaves e Silva (2013) afirmam sobre a descrição das representações em sua pluralidade, ou seja, da importância para que se possa conhecer o indivíduo que fala, assim como conhecer também a sua posição em uma estrutura social e os locais onde essa fala é construída, ou seja, da onde o indivíduo fala. Essa pluralidade, conforme Bueno (2006), vislumbra a representação social como a construção coletiva de uma identidade, ou seja, a formação de um conhecimento acerca de determinado objetivo a partir da perspectiva coletiva e não pessoal, que vem de um envolvimento social.

Chaves e Silva (2013) apontam que o núcleo central ou núcleo estruturante é “a estrutura mais estável da representação e assegura continuidade em contextos móveis e evolutivos” (p. 419), e desse modo, assegura a continuidade desses significados assim como uma ligação entre os significados.

É a partir dos elementos centrais do núcleo estruturante que surgem os elementos periféricos como derivados e é assim que, segundo Chaves e Silva (2013), estes elementos periféricos trazem uma fluidez para as representações, pois são facilmente acessados pelo indivíduo, proporcionando uma melhor conexão com a realidade vivida. Ou seja, as representações sociais adquirem uma rigidez e complexidade, pois, em uma perspectiva estrutural, estas têm um núcleo central que fornece sustentação para novas representações, derivadas deste núcleo os quais se dão através de elementos periféricos mais fluidos.

A integração destes dois elementos como uma estrutura é o que permite a sobrevivência da representação social, pois enquanto um núcleo estruturante resiste a mudanças e se torna rígido, pois se acontecer essa mudança, toda a representação social se transforma, os elementos periféricos surgem para dar conta das contradições vindas da realidade.

Tais contradições, como afirma Abric (1998) *apud* Chaves e Silva (2013), partem da possibilidade dos elementos periféricos darem conta das pluralidades sociais e permitirem que haja uma adaptação à realidade, pois partem de uma experiência individual, enquanto que os elementos centrais vêm de uma memória coletiva mais homogênea e uma história grupal, ou seja, existe uma concordância grupal.

A diferença entre a representação e a realidade é que permite perceber como os grupos sociais formaram esta representação, inicialmente deixando uma marca coletiva que aponta, também, sobre a formação de um grupo.

Quando percebemos a esta espécie de defasagem entre o objeto e sua representação, significa que estamos diante da marca grupal/cultural impressa no processo de construção da representação. O que aparece como uma distorção, modifica a

organização ou o sentido do objeto para adaptá-lo aos desejos e necessidade de quem representa (ARRUDA, 2002, p. 139).

Em uma forma de diminuir essa defasagem, o indivíduo passa por um processo de objetivação. Tal processo, segundo Chaves e Silva (2013), se dá através da materialização de conceitos abstratos e de uma realidade concreta.

Entende-se que o indivíduo está em constante processo de formação de representações para aquilo que está fora das representações já estabelecidas em si. Isto parte de um processo de familiarização, como afirmam Álvaro e Garrido (2006), com aquilo que é desconhecido através de representações já existentes. Chaves e Silva (2013) corroboram com essa ideia quando destacam que o indivíduo busca identificar o desconhecido através de conhecimentos predefinidos, evitando o contato com o mesmo, deixando entender que as representações não se formam do contato primário com objeto, mas se formam através de outras categorias de conhecimento predefinidas.

É nesse contexto que Antunes (2012) afirma a existência de uma relação entre os Estereótipos e as Representações Sociais e que ambos falam de uma imagem que a sociedade constrói sobre um objeto ou um grupo social. Chaves e Silva (2013) também concordam com essa ideia ao sinalizar que as Representações Sociais preservam a diferença social e que dessa forma, contribuem em estereotipar grupos sociais e manter a distância social entre eles.

Os estereótipos, como aponta Antunes (2012), aparecem como uma imagem mental de indivíduos ou acontecimentos, que surgem de forma simplificada e que é compartilhada por muitas pessoas. Pérez-Nebra e Jesus (2011, p. 223) afirmam que estereótipos são “crenças e atributos compartilhados sobre um grupo. Essas crenças compartilhadas são generalizações que se fazem sobre os grupos”.

Tais crenças fazem parte e são compartilhadas a partir de um processo de influência social, como afirma Menin (2006). E assim, a influência social:

é explicada a partir do poder que uma fonte de influência exerce sobre a população alvo e considera uma relação assimétrica unidimensional na qual o alvo está em posição de dependência em relação a fonte de influência; esta é uma autoridade institucional, uma maioria ou um líder (MENIN, 2006, p. 49).

Bueno (2006), em concordância, fala de um discurso hegemônico que atribui poder a um determinado grupo e produz um lugar de não poder para outros, a partir de um discurso objetivo que se sobrepõe a determinadas subjetividades. Ou seja, as crenças, que partem de estereótipos, em seu processo de influência social, produzem relações de dependência assimétricas entre grupos.

Além disso, Menin (2006) fala sobre o valor que o grupo alvo dos estereótipos atribui a autoridade da fonte de influência social, assim como a relação social estabelecida entre ambos, e assim “podem estar presentes ameaças à identidade do alvo ou relação de cooperação ou aprendizagem com a fonte; sentimentos de capacidade ou incapacidade da população em relação à fonte de influência e atribuídos a esta pelo alvo” (p. 49).

3.2 A Construção Identitária: entre a perspectiva social e pessoal

O conceito de identidade adquiriu inúmeras definições ao longo da história, desde perspectivas estáticas até a contemporaneidade, onde recebe um conceito mais orgânico e dinâmico (ANDRADE,1995; BRANCO, 2011; SPEZANI; OLIVEIRA,2013).

As definições de identidade partem do esforço de desapegar de enfoques concretos e estáticos, para o entendimento de uma identidade formada a partir de um processo dialético entre o sujeito e o mundo (BRANCO, 2011). Apesar de contraditório, o mesmo autor afirma que existe uma vinculação entre as visões estáticas e dinâmicas da formação da identidade.

As discussões que visam compreender os processos de formação de identidades partem de diversos locais de estudos. A temática da identidade é discutida e entendida a partir de um esforço interdisciplinar devido ao seu processo de construção orgânica, como afirma Andrade (1995), em que se faz importante a complementação dos diferentes métodos de investigação de diferentes áreas de conhecimentos. Em concordância, Spezani e Oliveira (2013, p. 115) afirmam que pela especificidade da identidade em ser uma temática complexa e abrangente, é percebido que o estudo a partir de diferentes enfoques e referências, permite a compreensão adequada das diferentes perspectivas que a identidade pode assumir “e, ao mesmo tempo, evoca uma abordagem psicossocial”.

Por definição, a identidade engloba aspectos tanto psicológicos como sociológicos que se articulam, pois, como afirmam Vasconcelos e Caetano (2014), a identidade se estrutura a partir de uma relação do indivíduo com o meio social que está inserido. Branco (2011) afirma que a construção identitária se dá a partir de uma realidade subjetiva em posição dialética com a realidade social.

Ou seja, a identidade se dá frente a uma interpretação subjetiva que o indivíduo faz a partir de uma realidade social, na qual faz contato com a cultura, grupos sociais etc. É nesse contexto que Vasconcelos e Caetano (2014, p.3) se posicionam afirmando que “a identidade de cada um de nós está sempre em construção, já que interage com as transformações vivenciadas no contexto social”.

Andrade (1995, p. 67) concebe a identidade como fenômeno cognitivo, “mais precisamente como uma representação do ator social, ou seja, uma representação em que o ator social é o objeto de conhecimento”. Nesse momento, a identidade adquire um caráter social, onde está inserida em um contexto social e a partir do mesmo, se constrói e é construída.

Jacques (2013, p. 162) concorda com a identidade enquanto um caráter social quando aponta que “os papéis sociais caracterizam a identidade do outro e o lugar no grupo social; o personagem, enquanto representa um papel social, representa uma identidade coletiva a ele associada, construída e mediada através das relações sociais”. Sendo assim, a identidade social se constrói, à medida que, como aponta Vasconcelos e Caetano (2014, p. 5), é valorizado o sentimento de pertencimento que “se desenvolve a partir das diferentes condições sociais, culturais, emocionais, físicas, étnicas desses sujeitos”.

Nesse contexto, Bonomo et al. (2008) falam destas condições sociais que estão à disposição do indivíduo como ferramentas necessárias para a identificação a partir do reconhecimento de pertencimento ao grupo social. Gebran e Tevizan (2018, p.5) corroboram com estas ideias quando afirmam que a dinâmica da construção da identidade social se dá como “o resultado transacional entre o sujeito, o grupo e o contexto” em que está inserido. Andrade (1995) explica também que o indivíduo se integra a grupos em uma tendência a se fundir com ele, assumindo assim a identidade daquele grupo, ou seja, uma identidade social/coletiva, tendo, dessa forma, o sentimento de pertença grupal.

O mesmo autor Andrade (1995) ainda aponta em seus estudos que a identidade também faz parte de uma singularização, onde o indivíduo forma um sentimento de identificação consigo mesmo e se mantém assim como forma de diferenciação do outro. Vasconcelos e Caetano (2014) concordam quando afirmam a identidade enquanto um acontecimento que faz parte do sujeito e seu movimento de diferenciação/semelhança entre si mesmo e o outro.

Dessa forma, a identidade também assume um caráter individual, proporcionando ao indivíduo a possibilidade de produzir uma identidade própria e subjetiva a partir do entendimento de si mesmo que “se constrói através da participação dos sujeitos no processo social” (VASCONCELOS E CAETANO, 2014, p. 4).

É nesse contexto da identidade construída como uma diferenciação subjetiva do indivíduo com o outro, assim como também um fenômeno psicossocial de interpretação da realidade e inserção do indivíduo ao grupo, que:

A construção da identidade mantém-se afinada à coexistência de representações sociais que ora a definem, ora são por ela instrumentalizadas, caracterizando uma relação de imbricação e reciprocidade com estimado poder para a instituição de práticas e modulação de relações entre os indivíduos. (SPAZANI, OLIVEIRA, 2013, p. 115).

Andrade (1995, p. 71) reconhece a identidade como uma representação social, “que faz de um processo discursivo mais amplo, de interpretação da sociedade, do mundo, que se desenvolve ao nível da disputa pelo poder simbólico”. Em concordância, Vasconcelos e Caetano (2014) falam da existência de materiais cognitivos que se estabelecem antes do sentimento de pertencimento e perpassam o processo de diferenciação/semelhança, apontando a representação social como um fator que acentua as dimensões do conhecimento para a formação da identidade.

3.3 Os Estudos de Gênero e Masculinidade

As discussões sobre gênero tiveram como ponto de partida o movimento feminista, em 1970, nos Estados Unidos, como cita Strey (2013), a partir de estudos situados no campo da antropologia. Gênero enquanto uma teoria para estudar as relações sociais entre o feminino e o masculino “começa a ser utilizada na segunda metade do século XX, no contexto das discussões e construções teórico- feministas sobre desigualdades nas relações sociais entre os sexos” (GALIKIN; ISMAEL, 2013, p. 642).

Na sua concepção inicial, considerando os movimentos feministas e as discussões sobre a desigualdade entre os sexos, os estudos de gênero foram encarados, erroneamente, como estudos sobre mulheres, feito por mulheres e para mulheres (BUENO, 2006). Hoenish e Cirino (2010) apontam que os estudos sobre a masculinidade surgiram de maneira tardia e entendido a partir da desnaturalização da mulher no contexto social. Medrado e Lyra explicam que:

As produções sobre as masculinidades, como objeto de estudo propriamente dito, têm início no final da década de 1980, a partir de trabalhos produzidos de maneira ainda pouco sistemática, com concentração em autores específicos e sem necessariamente se desdobrarem em uma discussão teórica, epistemológica, política e ética ampla e consistente sobre o tema (2008, p. 809 e 810).

Bueno (2006) aponta para o fato de que só foi possível falar da masculinidade a partir do movimento feminista e das mudanças que ocorreram nestas construções após serem levantadas as discussões advindas da teoria de gênero inicialmente, afirmando que a construção do gênero se dá de maneira codependente. Ao acabar com os mitos que rondavam

o fazer da mulher, afirmam Hoenish e Cirino (2010), surge também uma leitura sociohistórica da construção e da produção do homem.

Filho (2005, p. 142) afirma que os estudos de gênero se ocupam em escrever, também, sobre a história da masculinidade, pois esta nunca existiu, assim como a história da feminilidade “pois se eles estiveram sempre nos livros de história e nos arquivos, estiveram enquanto uma categoria construída social e politicamente, tanto quanto as mulheres o foram em sua ausência”. Em concordância, Hoenish e Cirino (2010) falam que a masculinidade passa a ser teorizada tardiamente por ter sido tratada de forma naturalizada e colocada como uma forma de identificação fixa.

A masculinidade trata-se de um conceito complexo que se constrói a partir da relação entre sujeito e cultura, e que também contém em si uma fragilidade, o que se distancia da ideia de uma masculinidade fixa a partir de conceitos naturais (HOENISH; CIRINO, 2010). Galinkin e Ismael (2013) concordam quando apontam que é nesse contexto de debates sobre a construção do gênero que as discussões sobre masculinidade surgem, referidas em concepções relacionais e plurais.

É nesse seguimento de conceber a masculinidade enquanto plural que Toledo e Carvalho (2018) explicam que a masculinidade pode apresentar diversas variações, dependendo de qual contexto histórico e cultural está sendo utilizado para identificá-la, assim como também podem apresentar diferentes concepções em uma mesma cultura. Sampaio e Garcia (2010, p. 84) apoiam quando afirmam que “a estabilização dos modelos de masculinidade e feminilidade predominantes em uma determinada sociedade só se dá por meio do aprendizado das funções e pela internalização das representações de gênero instituídas pela cultura”, ou seja, a cultura entra como fator que nomeia o masculino.

Sendo assim, a teoria sobre gênero, como argumenta Scott (1995), surge para quebrar com o determinismo biológico e situar o corpo enquanto participante social. Filho (2005) corrobora ao afirmar que gênero dá sentido às diferenças entre os sexos, apontando que tais diferenças são apoiadas em um contexto cultural e não biológico. Strey (2013) afirma que o gênero é construído a partir de uma visão cultural que a sociedade tem acerca do masculino e do feminino, apontado para as diferenças de concepções em diferentes culturas.

Gênero, segundo Bueno (2006), é entendido como uma relação dos aspectos sociais, culturais e históricos que delimitam as diferenças impostas entre os gêneros masculino e feminino e que são de certa forma, socialmente aceitas por ambos. Galinkin e Ismael (2013, p. 694) concordam ao conceituar gênero como “uma categoria analítica usada para explicar as diferenças sociais entre os sexos, diferenças essas históricas e culturalmente construídas”.

É a partir dessa perspectiva que, atualmente, os estudos de gênero adquirem uma preocupação em discutir sobre as desigualdades existentes entre os gêneros no campo da interação social e que perpassam a construção tanto da feminilidade quanto da masculinidade (BUENO, 2006). Os estudos de gênero têm sua importância, pois “abrem uma brecha no conhecimento sobre a mulher e o homem, na qual torna possível uma compreensão renovadora e transformadora de suas diferenças e desigualdades” (STREY, 2013, p. 183).

3.4 Representações Sociais de Masculinidades e Construção Identitária

É em seu processo de socialização e aprendizado que meninos aprendem o que é masculino, a partir de representações sociais do gênero masculino que são ensinados desde os primeiros grupos de interação, a família (NASCIMENTO, TRINDADE, 2010). Gallet e Seffner (2016) apontam para essa masculinidade como um processo construído a partir da interação entre o social e uma estrutura ideológica, produzindo modelos de conduta. Pautado nessa interação, meninos são diferenciados de meninas, baseados em representações sociais de um masculino tradicional, enquanto dominador e afastado do campo emocional (NASCIMENTO, TRINDADE, 2010).

Diante desta informação, Bueno (2006) concorda que no processo de socialização masculino, ele é afastado da intimidade emocional, não sendo incentivado a aprender, exercitar e desenvolver, proporcionando uma masculinidade racional, reservada em suas experiências pessoais e solitário, ou então, prático, ensinado apenas a agir e realizar atividades. Em seus estudos, ao entrevistar famílias de classe popular, Nascimento e Trindade (2010) obtêm resultados que afirmam a representação de uma masculinidade forte e livre, diferenciado enfaticamente da feminilidade, baseado em representações tradicionais de uma identidade masculina.

Gallet e Seffner (2016) concordam quando explicam o masculino enquanto afirmação, para não gerar suspeitas de uma feminilidade ou mesmo uma homossexualidade, que seria outra forma de ser feminino. Em concordância, Rosistolato (2009), afirma a masculinidade como um constante processo de afirmação, onde qualquer característica que faça referência ao feminino é utilizada como acusação de desvio.

Nascimento e Trindade (2010, p 196) afirmam que “a relação entre o masculino e violência tem sido explicada, em parte, por uma representação social de modelo masculino, ainda pautado na expressão do poder do macho, da virilidade e no enfrentamento através da força e da imposição”. A masculinidade baseada em representações tradicionais, ainda cobra

que o homem se distancie de posições que fogem dos padrões de masculinidade tradicionalmente definidos, como por exemplo, demonstrar fraqueza e sentimentos (CRUZ; NUÑEZ; DIAMANTINO, 2015).

A masculinidade, diferente da feminilidade que é entendida como algo natural à mulher, segundo Gallet e Seffner (2016), não é algo natural, por isso meninos são treinados a demonstrar sua virilidade constantemente. A virilidade, concordam Risk e Romanelli (2008, p. 62), se torna uma ferramenta à qual o masculino se apega, demonstrando “hipermasculinidades” como forma de afastamento do feminino socialmente respaldada e uma forma de afirmação social diante grupos opostos, ou seja, o masculino recebe uma obrigação moral e cabe a ele, enquanto detentor da virilidade, representar a família diante da sociedade.

Segundo Rosistolato (2009), em seu estudo com adolescentes, a virilidade se mostra como uma constante afirmação de práticas sexuais, em que mesmo sendo virgens, a imagem que é passada é de virilidade, para que seja afirmada a representação de uma masculinidade hegemônica. Ainda segundo o autor, a sexualidade masculina surge como uma forma de constante afirmação grupal de uma posição viril, que é sustentada e utilizada como forma de dominação daqueles que não têm tal sexualidade ativa ou preferem não demonstrar. Risk e Romanelli explicam:

As relações jocosas são componentes básicos para constituição da identidade e subjetividade masculina e têm um elemento de contestação política, de confronto e de negação da ordem social vigentes. Além disso, constituem veículos para expressão da virilidade, a partir de técnicas corporais, como postura, entonação da voz, além das bravatas licenciosas, em que muitas vezes, temas relativos à sexualidade estão em pauta, visto que, nestes casos, a manifestação da masculinidade é pública (2008, p. 62).

Rosistolato (2009, p. 20) exemplifica essa cena em seus estudos quando aponta que “aqueles que não tinham, ou não queriam relatar suas aventuras sexuais em público eram vítimas de um conjunto de acusações jocosas com ênfase na suposta ausência de masculinidade”. Toledo e Carvalho (2018) também trazem um exemplo em seus estudos, apontando que os meninos que apresentavam um comportamento considerado feminino por seus pares, acabavam sendo excluídos das atividades pelos colegas e indiretamente esquecidos pelos professores, não recebendo boas avaliações de desempenho, corroborando com as relações jocosas citadas por Risk e Romanelli (2008).

A partir desse contexto, Bueno (2006) afirma que a masculinidade, em constante afirmação da virilidade, produz formas de socialização mutiladoras para o homem e que

produzem mal estar assim como a representação do feminino produz para a mulher. Cruz, Nuñez e Diamantino (2015) trazem o relato de um homem toxicômano que, diante dessas representações sociais baseadas na virilidade masculina, produz um sofrimento ao não atingir as expectativas sociais, já que ele aponta a sua toxicomania como uma fraqueza, e tal comportamento não se enquadra nos ideais de masculinidade a ele impostos.

Cruz, Nuñez e Diamantino (2015, p. 63) apontam ainda que a masculinidade contemporânea, defrontada com o feminino, se vê diante de uma angústia em “ser homem”, na qual se torna cada vez mais difícil sustentar essa identidade masculina já que ela pede do homem um posicionamento social rígido e viril, apontando a toxicomania como uma forma de fuga dessa angústia. Em seus estudos, Nascimento e Trindade (2010) enfatizam a vulnerabilidade a problemas de saúde, assim como também situações de risco à própria vida, que podem surgir a partir da socialização desse homem, baseados em representações de uma masculinidade tradicional, no que diz respeito à formação de uma identidade masculina.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O seguinte artigo teve como objetivo avaliar o efeito das representações sociais na formação identitária masculina. Foi possível perceber que o masculino ainda está imerso em representações tradicionais e que é constantemente ensinado a manter esse posicionamento, tendo como consequência uma virilidade exacerbada como forma de dominação, assim como adoecimento mental e riscos de vida.

Destaca-se também, que as formas de relação que se estabelecem a partir dessa masculinidade dita como tradicional, se baseiam na exibição da virilidade, sendo ela verdadeira ou não, como foi exemplificado nas relações entre os adolescentes, como uma forma de impor uma submissão entre os pares, assim como também se torna uma forma de preconceito com aqueles que não exibem tal virilidade ou mesmo apresentam traços que lembram o feminino.

A partir dessa pesquisa, surgem novos questionamentos acerca da masculinidade que envolve o homem que não se apresenta como socialmente tradicional, tanto aqueles com orientação homossexual quanto os de orientação heterossexual e transexual. Abre espaço também para se pensar a saúde, tanto física quanto mental, desse masculino que se constrói a partir destas representações impositoras.

Considera-se que o objetivo do trabalho foi atingido no que se refere às discussões bibliográficas a partir da temática, no entanto, traz consigo algumas limitações, dentre elas,

por ser uma pesquisa bibliográfica, o artigo fica limitado a outras publicações e, no caso da temática proposta, a pesquisa acabou se deparando com a escassez de produções recentes sobre o assunto, ou pelo menos que trouxessem uma proximidade maior com a temática, assim como também, mais pesquisas no campo da psicologia.

Sendo assim, este trabalho se torna um ponto de partida para futuras pesquisas que possam fazer um melhor aprofundamento acerca da temática da masculinidade e suas reverberações, tendo em vista que faz parte de um fenômeno social complexo, valendo-se de uma pesquisa empírica para que se possa ter um contato mais aprofundado.

REFERÊNCIAS

ÁLVARO, J. L.; GARRIDO, A. **Psicologia Social: Perspectivas Psicológicas e Sociológicas**. São Paulo: Mc Graw Hill, 2006.

ANDRADE, M. A. A. A identidade como representação social. **Revista de ciências sociais: Política & Trabalho**, v. 11, p. 63-73, 9 dez. 1995. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/politicaetrabalho/article/view/6370>. Acesso em: 22 mar. 2020.

ANTUNES, L. **O Papel dos estereótipos nas representações sociais compartilhadas por adolescentes sobre as pessoas que vivem com HIV/AIDS**. 2012. 113 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Psicologia, UFSC, Florianópolis, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/99372>. Acesso em: 08 mar. 2020.

ARRUDA, Â. Teoria das representações sociais e teoria de gênero. **Cadernos de Pesquisa**, Maranhão, n. 117, p.127-147, set. 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0100-15742002000300007&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 20 fev. 2020

BONOMO, M *et al.* Representações sociais e identidade em grupos de mulheres ciganas e rurais. **Psicologia**, Lisboa, v. 22, n. 1, p.153-181, jan. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/pdf/psi/v22n1/v22n1a07.pdf>. Acesso em: 26 mar. 2020.

BRANCO, J. C. C. A construção da identidade: tentativa de empreender um diálogo sobre a temática. **Castelo Branco: consultório de psicologia**, Brasília, p.1-25, abril 2011. Disponível em: <https://docplayer.com.br/11021435-A-construcao-da-identidade-tentativa-de-empreender-um-dialogo-sobre-a-tematica.html>. Acesso em: 22 mar. 2020.

BUENO, C. O papel das representações sociais e da educação para o desenvolvimento da identidade de gênero. **Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano**, São Paulo, v. 3, n. 16, p.96-103, 2006. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12822006000300011. Acesso em: 29 fev. 2020.

CHAVES, A. M; SILVA, P. L. Representações Sociais. In: CAMINO, Leoncio; TORRES, Ana Raquel Rosas; PEREIRA, Marcos Emanuel (Org.). **Psicologia Social: Temas e Teorias**. 2. ed. Brasília: Technopolitik, 2013. Cap. 7. p. 411-462.

CRUZ, L. M; NUÑEZ, M. E; DIAMANTINO, R. M. Homem contemporâneo: cavaleiro medieval, enigmático ou toxicômano? **Estudos de Psicanálise**, Belo Horizonte, n. 43, p. 57-66, jul. 2015. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-34372015000100006. Acesso em: 14 abr. 2020.

FILHO, A. T. **Uma questão de gênero: onde o masculino e o feminino se cruzam**. **Cadernos Pagu**, [s.l.], n. 24, p.127-152, jun. 2005. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-83332005000100007>. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332005000100007&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 04 abr. 2020.

GALET, C; SEFFNER, F. Dois olhares sobre masculinidades no ambiente escolar: Brasil e Espanha. **Revista Ibero-americana de Estudos em Educação**, [s.l.], v. 11, n. 2, p. 767-782, 1 jul. 2016. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação. <http://dx.doi.org/10.21723/riaee.v11.n2.p767>. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/8322>. Acesso em: 14 abr. 2020.

GALINKIN, A. L; ISMAEL, E. Gênero. In: CAMINO, Leoncio; TORRES, Ana Raquel Rosas; PEREIRA, Marcos Emanuel (Org.). **Psicologia Social: Temas e Teorias**. 2. ed. Brasília: Technopolitik, 2013. Cap. 12. p. 641-697.

GEBRAN, R. A; TREVIZAN, Z. As representações sociais na construção da identidade profissional e do trabalho docente. **Acta Scientiarum. Education**, [s.l.], v. 40, n. 2, p.1-11, 16 abr. 2018. Universidade Estadual de Maringá. <http://dx.doi.org/10.4025/actascieduc.v40i2.34534>. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciEduc/article/view/34534>. Acesso em: 27 mar. 2020.

HOENISH, J. C. D; CIRINO, C. S. Mídia e o espelho da masculinidade? **Estudos de Psicanálise**, Aracaju, n. 33, p. 61-74, jul. 2010. Disponível em: <http://www.cbp.org.br/midiaespelhomasculinidade.pdf>. Acesso em: 07 abr. 2020.

JACQUES, M. G. Identidade. In: JACQUES, Maria da Graça; STREY, Mariene Neves; BERNARDES, Maria Guazzelli; GUARESCHI, Pedrinho Arcides; CARLOS, Sérgio Antônio; FONSECA, Tânia Mara Galli. **Psicologia Social Contemporânea**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. p. 158-166.

LOURO, G. L. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. **Pro-posições**, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 17-23, ago. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/pp/v19n2/a03v19n2.pdf>. Acesso em: 02 maio 2020.

MANIN, M. S. S. Representação Social e Estereótipo: A Zona Muda das Representações Sociais. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, São Paulo, v. 22, n. 1, p.43-52, jan/abr. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ptp/v22n1/29843.pdf>. Acesso em: 09 mar. 2020.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003. 312 p. Disponível em: http://docente.ifrn.edu.br/olivianeta/disciplinas/copy_of_historia-i/historia-ii/china-e-india/view. Acesso em: 21 abr. 2020.

MEDRADO, B; LYRA, J. Por uma matriz feminista de gênero para os estudos sobre homens e masculinidade. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 16, n. 424, p.809-840, set-dez. 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2008000300005. Acesso em: 04 abr. 2020.

NASCIMENTO, C. R. R; TRINDADE, Z. A. Criando meninos e meninas: investigação com famílias de um bairro de classe popular: Investigação com famílias de um bairro de classe popular. **Arquivos Brasileiros de Pesquisa**, Rio de Janeiro, v. 62, n. 2, p. 187-200, 2010. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672010000200017. Acesso em: 14 abr. 2020.

PÉREZ-NEBRA, A. R; JESUS, J. G. Preconceito, estereótipo e discriminação. In: TORRES, Claudio; NEIVA, Elaine Rabelo (org.). **Psicologia Social: principais temas e vertentes**. Principais temas e vertentes. Porto Alegre: Artmed, 2011. Cap. 10. p. 219-237.

RISK, E. N; ROMANELLI, G. Sociabilidade grupal entre jovens de camadas populares: subjetividade e gênero. **SPAGESP**, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 55-67, dez. 2008. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-29702008000200008. Acesso em: 14 abr. 2020.

ROSISTOLATO, R. P. R. Gênero e cotidiano escolar: dilemas e perspectivas da intervenção escolar na socialização afetivo-sexual dos adolescentes. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 17, n. 296, p. 11-30, mar. 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2009000100002/10981>. Acesso em: 14 abr. 2020.

SAMPAIO, R. S; GARCIA, C. A. Dissecando a masculinidade na encruzilhada entre a psicanálise e os estudos de gênero. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 16, n. 1, p. 81-102, mar. 2010. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/per/v16n1/v16n1a07.pdf>. Acesso em: 07 abr. 2020.

SCOTT, J. **Gênero: Uma categoria útil de análise histórica**. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, p.71-99, dez. 1995. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/viewFile/71721/40667>. Acesso em: 05 abr. 2020

SOUZA, L. K. Pesquisa com análise qualitativa de dados: conhecendo a Análise Temática. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 71, n. 2, p. 51-67, 2019. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672019000200005&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 21 abr. 2020.

SPEZANI, R. S; OLIVEIRA, D. C. O perfil da produção científica sobre identidade no campo da teoria das representações sociais. **Revista Psicologia: Teoria e Prática**, São Paulo, p.104-118, maio - agosto 2013. Disponível em:

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-36872013000200008.
Acesso em: 22 mar. 2020

STREY, M. N. **Gênero**. In: JACQUES, Maria da Graça; STREY, Mariene Neves;

BERNARDES, M. G; GUARESCHI, Pedrinho Arcides; CARLOS, Sérgio Antônio; FONSECA, Tânia Mara Galli. **Psicologia Social Contemporânea**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. p. 180 – 197

TOLEDO, C. Ts; CARVALHO, M. P. Masculinidade e desempenho escolar: a construção de hierarquias entre pares. **Cadernos de Pesquisa**, v. 48, n. 169, p. 1002-1023, nov. 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v48n169/1980-5314-cp-48-169-1002.pdf>. Acesso em: 07 abr. 2020.

TREVISOL NETO, O. **Métodos e Técnicas de Pesquisa**. Chapecó: Argos, 2017. 96 p. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/325857576_Metodos_e_Tecnicas_de_Pesquisa. Acesso em: 21 abr. 2020.

VASCONCELLOS, L. M. V; CAETANO, V. N. Diálogo entre representação social e identidade: considerações iniciais. In: Simpósio Educação E Sociedade Contemporânea: Desafios E Propostas, A Escola E Seus Sentidos, 9., 2014, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2014. p. 1 - 12. Disponível em: http://www.cap.uerj.br/site/images/trabalhos_espacos_de_dialogos/13-Vasconcellos_e_Caetano.pdf. Acesso em: 23 mar. 2020.

ZOLTOWSKI, A. P. C. *et al.* Qualidade metodológica das revisões sistemáticas em periódicos de psicologia brasileiros. **Psicologia: teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 30, n. 1, p. 97-104, 2014.

Como Referenciar este Artigo, conforme ABNT:

SILVA, P. G. M; BARREIRA, M. M. L. As Representações Sociais de Gênero no Processo de Construção Identitária Masculina. **Rev. FSA**, Teresina, v.18, n. 04, art. 10, p. 172-190, abr. 2021.

Contribuição dos Autores	P. G. M. Silva	M. M. L. Barreira
1) concepção e planejamento.	X	X
2) análise e interpretação dos dados.	X	X
3) elaboração do rascunho ou na revisão crítica do conteúdo.	X	X
4) participação na aprovação da versão final do manuscrito.	X	X